

CONTROLE SOCIAL E DEMOCRACIA

O Governo do Paraná, na gestão iniciada em 1º de janeiro de 2011, vem apresentado um novo jeito de governar, sob a autêntica **liderança** do Governador Beto Richa. Um Governo transparente e agregador, aberto à cooperação e à pactuação de objetivos para a promoção do desenvolvimento, local, regional e estadual, na busca da superação dos problemas e promoção da cidadania.

O Estado retoma o exercício de seu papel **perto dos municípios e das pessoas**, a começar por verdadeiro apoio aos municípios e pela organização do processo de regionalização, que é imprescindível para o acesso da população a grande parte dos bens e serviços indispensáveis.

A postura responsável e inovadora do atual Governo está sendo construída a partir do desenvolvimento das competências de gestão, da renovação dos métodos de trabalho e de suas estruturas, numa verdadeira **nova gestão**, voltada a resultados efetivos. Tal capacidade supõe valorização dos servidores públicos, submetidos a um processo de desprofissionalização ao longo dos últimos anos, saneamento das finanças do Estado, apoio à sociedade civil organizada e respeito ao **Controle Social**.

Torna-se imprescindível avaliar experiências e avanços organizacionais dos conselhos estadual e municipais de saúde, visando o aprimoramento e ajustes na consolidação desta instituição mediadora entre o **Estado e a Sociedade**. Atualmente vivemos em um processo de afirmação democrática na concepção da gestão do interesse público na área da saúde, sendo que todo processo de descentralização e municipalização da saúde condiciona-se a existência legal da instância do controle social, o conselho de saúde, ainda que persistam entraves culturais e políticos para que esse exercício se faça pleno e de direito.

Neste sentido, o Estado do Paraná tem como desafio discutir e apontar diretrizes para a saúde, apostando no cidadão, como representante de uma opinião pública, interessado em desfrutar de melhor qualidade de vida.

O Sistema Único de Saúde (SUS) é uma conquista da sociedade brasileira. É fruto da luta por um sistema de saúde que atenda a toda a população, sem nenhum tipo de discriminação. Hoje, o SUS é a maior política de inclusão social existente no país.

As conferências e os conselhos como espaços de atuação de setores do governo e da sociedade civil organizada devem definir, acompanhar e controlar as políticas públicas para que atendam, cada vez mais, às necessidades e demandas sociais e aos interesses da coletividade.

Desta forma, o Conselho Estadual de Saúde (CES) e a Secretaria de Estado da Saúde (SESA) promovem a 10ª Conferência Estadual de Saúde do Paraná, precedida de 394 conferências municipais de saúde, fórum democrático de debate, que deverá cumprir com a finalidade de avaliar a situação de saúde dos paranaenses, fixar diretrizes da política estadual de saúde, definir e priorizar propostas para melhorar a qualidade dos serviços de saúde do estado, proporcionando à população melhor qualidade de vida.

A 10ª Conferência também elegerá as entidades e instituições que comporão o próximo Plenário do CES/PR, gestão 2012/2015, e a Delegação Estadual para a 14ª Conferência Nacional de Saúde, que desenvolverá o tema **“Todos Usam o SUS! SUS na Seguridade Social – Política Pública, Patrimônio do Povo Brasileiro”**, com o objetivo de discutir a política nacional de saúde, segundo os princípios da integralidade, da universalidade e da equidade.

Assim, cabe ao Governo e a Sociedade Civil a preservação e consolidação do Sistema Único de Saúde no Paraná e em todo o país.

Propostas:

1. Ampliar e fortalecer os espaços de participação da sociedade e do controle social.
2. Garantir as condições necessárias ao funcionamento do Conselho Estadual de Saúde do Paraná.
3. Dar ampla divulgação às ações e atividades desenvolvidas pelo CES/PR.
4. Construir estratégias para o fortalecimento da relação do CES/PR com os Conselhos Municipais de Saúde.
5. Formar a rede de comunicação e informação em saúde, inclusive estabelecendo uma rede de intercâmbio entre Conselhos de Saúde.
6. Promover a participação dos Conselhos de Saúde no Programa de Inclusão Digital – PID.
7. Desenvolver a Política de Educação Permanente para o Controle Social do SUS.
8. Instalar a Mesa Estadual Permanente de Negociação do SUS.
9. Organizar e dinamizar a Ouvidoria Estadual do SUS e apoiar a estruturação de ouvidorias regionais e municipais.
10. Apoiar o processo de descentralização e de desenvolvimento regional da saúde, articulado com outros setores governamentais e não governamentais.
11. Promover mobilização da sociedade, visando a valorização da Saúde como direito de cidadania e o SUS como a materialização dessa conquista do povo brasileiro.

Tese/texto assinada pelas seguintes entidades:

Conselho de Secretários Municipais de Saúde do Paraná – COSEMS/PR

Federação das Santas Casas de Misericórdia e Hospitais Beneficentes do Estado do Paraná -
FEMIPA

Secretaria de Estado da Saúde do Paraná – SESA